

# Entrevista com Abdias Nascimento

**A**bdias Nascimento nasceu em Franca (SP), em 1914, em uma família coesa, carinhosa e organizada, porém pobre. Em 1929 diplomou-se em contabilidade pelo Ateneu Francano. Com 15 anos, alista-se no Exército e vai morar na capital paulista. Na década de 1930, engaja-se na Frente Negra Brasileira e luta contra a segregação racial. Prossegue na luta contra o racismo organizando o Congresso Afro-Campineiro em 1938. Funda, em 1944, o Teatro Experimental do Negro (TEN), entidade que patrocina a Convenção Nacional do Negro em 1945-1946. A Convenção propõe à Assembleia Nacional Constituinte de 1946 a inclusão de polí-

ticas públicas para a população afro-descendente e um dispositivo constitucional definindo a discriminação racial como crime de lesa-pátria.

À frente do TEN, Abdias organiza o I Congresso do Negro Brasileiro em 1950. Militante do antigo PTB, após o golpe de 1964 participa desde o exílio na formação do PDT. Já no Brasil, lidera em 1981 a criação da Secretaria do Movimento Negro do PDT.

Na qualidade de primeiro deputado federal afro-brasileiro a dedicar seu mandato à luta contra o racismo (1983-1987), apresenta projetos de lei definindo o racismo como crime e criando mecanismos

de ação compensatória para construir a verdadeira igualdade para os negros na sociedade brasileira. Como senador da República (1991, 1996-1999) continua essa linha de atuação. Em 1991, o governador Leonel Brizola o nomeia secretário de Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras do Estado do Rio de Janeiro (1991-1994). Mais tarde, é nomeado primeiro titular da Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro (1999-2000).

**Acervo.** *O senhor nasceu 26 anos após a abolição da escravatura, o que pode ser considerado tecnicamente como uma geração após a abolição. Como foram sua infância e juventude?*

**Abdias Nascimento.** Minha avó Francelina e minha avó Ismênia haviam sido escravas. Francelina, a mãe de minha mãe, não aguentou com as marcas daquilo, ficou “variada da cabeça” e a internaram no famigerado Asilo Juqueri, no interior de São Paulo. Ela voltou para casa quando eu era adolescente. A avó Ismênia faleceu quando eu era bem pequeno. Minha infância foi cercada de amor numa família estável, e isso me preparou para a vida adulta. Minha mãe fazia tudo para nós nos educarmos e ir em frente, nos deu apoio e nos incentivou. Éramos pobres, mas havia comida porque ela criava galinhas e cultivava legumes no quintal, além de fazer e vender doces. Ela guardava um conhecimento muito grande de ervas de uso medicinal, e as pessoas da cidade se consulta-

vam com ela. Uma lembrança que guardo é do Engenho Queimado, uma comunidade de negras e negros que lavavam roupa por encomenda. Lembro-me daquelas senhoras negras, vestidas de branco, que vinham em procissão à cidade carregando as encomendas de roupa lavada sobre as cabeças. Nós tínhamos uma vivência rural também, porque minha mãe ia às fazendas como ama de leite e muitas vezes nos levava. Assim, a gente vivia aquele momento de substituição da mão de obra negra escravizada por trabalhadores brancos, imigrantes europeus. Na verdade, para o negro pouco mudou com o fim da escravatura.

**Acervo.** *Nesta fase da vida (infância e juventude) o senhor já percebia a condição social do negro brasileiro?*

**Abdias Nascimento.** Nas fazendas que visitávamos, praticamente todos os negros que existiam, homens e mulheres, eram crias, filhos, netos e ex-escravos que trabalhavam em serviços domésticos. Haviam assimilado a cultura do branco. É provável que não tivessem interesse pelas suas origens, pela cultura africana. Não se chamavam eles como escravos, mas a estrutura do regime escravocrata ficava mantida ali, como se fosse imutável. Eu me irritava às vezes, mesmo criança, com o eterno paternalismo do branco brasileiro. Evidentemente, eu não o identificava dessa forma, não tinha capacidade para analisar assim, mas eu sentia que havia algo errado naquelas atitudes. Quando eu e

meus irmãos ganhávamos presentes de algum desses fazendeiros, por exemplo, eu não me sentia bem, fechava a cara. Acho que, de forma instintiva, eu percebia aquilo como um cala-a-boca.

**Acervo.** *Houve um marco vivencial em que pela primeira vez se compreendeu o que seria injustiça ou preconceito racial? Como isto o impactou e qual foi a sua reação?*

**Abdias Nascimento.** O episódio mais marcante envolveu minha mãe, uma vizinha e um colega do grupo escolar onde eu estudava na minha infância lá em Franca, o Felisbino. Ele era órfão, o coitadinho, e vivia perambulando pela rua, contando com uma ou outra pessoa para lhe dar um prato de comida. Um dia, uma vizinha branca nossa resolveu lhe dar uma surra tremenda. A minha mãe, que era uma pessoa muito meiga, cresceu com raiva e foi enfrentar a mulher, arrancando o menino das mãos dela. As palavras de minha mãe, a atitude dela, foram a minha primeira lição de solidariedade racial, a primeira lição de pan-africanismo, que recebi ainda menino.

Depois, com o incentivo de minha mãe, eu estudei muito e me formei em contabilidade ainda adolescente. Ofereceram-me um emprego em uma fazenda, onde eu iria, aos 14 anos, ganhar mais que a maioria dos adultos de minha família e vizinhança. Combinamos o dia de eles irem me buscar para me levar à fazenda. No dia, chegou uma carroça carregada com galinhas, cabras e suprimentos que haviam comprado na cidade. E me mandaram

subir lá atrás, na traseira, junto com as galinhas e as cabras. Eu me recusei, afinal estava sendo contratado para o cargo de auxiliar de guarda-livros, cuja função era a de dar conta de toda a escrituração comercial do estabelecimento. Não iria me submeter a esse tipo de tratamento. Desisti na mesma hora do tal emprego. Minha família ficou atônita.

**Acervo.** *De Franca, sua cidade natal, qual o seu caminho ao encontro do ativismo?*

**Abdias Nascimento.** Saí de Franca me alistando no Exército. Era a maneira de ir à capital e começar uma vida nova. Minha mãe era amiga de muitas pessoas de influência na cidade, fregueses dos doces que ela fazia ou clientes dos seus tratamentos fitoterápicos. Um deles, o então secretário da Prefeitura ou da Câmara de Vereadores de Franca, Antônio Constantino, me deu um encaminhamento e fui a São Paulo para ser soldado. Só havia visitado a capital em uma outra ocasião, em 1927. Eu fazia parte de uma delegação de jovens atletas de Franca aos jogos estaduais ligados à campanha política de Júlio Prestes. Tinha treze anos e corria a prova de cem metros. Naquela época, uma das mais prestigiadas instituições do município de São Paulo era a sua Guarda Civil, e era de Franca o seu fundador e diretor, Antônio Pereira Lima. Um orgulho de nossa cidade. A seu convite, a delegação francana foi assistir um desfile dessa Guarda Civil, e eu fiquei estarrecido: todos os seus integrantes eram brancos, louros de olhos azuis; não

havia um negro sequer no meio daquela força municipal. Acontece que o senhor Antônio Pereira Lima era nosso vizinho e cliente de minha mãe. Naquele tempo não havia telefone, e os poderosos quando queriam se comunicar mandavam um “moleque de recado”. Eu e meus irmãos levamos e entregamos muito recado do fundador da Guarda Civil do Município de São Paulo. Tentei saber com ele a razão daquela exclusão dos negros nos quadros da guarda, e ele evidentemente tentou me enrolar numa conversa mole. Mas quem era eu para interpelar um homem poderoso assim? Conversava era com minha mãe sobre o assunto, e ela ficava indignada também, pois era amiga daquele homem; como é que ele poderia sustentar uma atitude dessas? Mais tarde, já na capital, participei de outras iniciativas em relação a essa exclusão dos negros da Guarda Civil, e, finalmente, a Frente Negra Brasileira conseguiu um posicionamento oficial das autoridades sobre o assunto, supostamente acabando com a discriminação.

**Acervo.** *Qual o primeiro passo da sua atuação política e social, qualquer que seja ela? Qual foi a sua primeira manifestação ou participação ativista?*

**Abdias Nascimento.** Eu era um soldado do Exército, e lá era proibido qualquer tipo de ativismo político. Mas dentro do quartel havia muita inquietação, afinal éramos jovens procurando um rumo. Participei de um grupo que publicou e distribuiu um jornal, um panfleto

chamado *Lanterna Vermelha*. E às vezes participava de atos públicos da Frente Negra Brasileira. Mas não podia participar de forma efetiva ou regular por ser soldado do Exército.

Conheci nas fileiras do Exército Sebastião Rodrigues Alves, grande amigo de toda a vida. Apesar de qualquer proibição, nós não aceitávamos a discriminação e saíamos quebrando bares e barbearias, entre outras coisas, como protesto inútil de dois jovens ousados.

Fui excluído do Exército por causa de um desses incidentes em que eu e Rodrigues Alves reagimos contra o racismo – no caso, não queriam nos deixar entrar numa boate. Depois disso, em 1938, eu, Aginaldo Camargo e Geraldo Campos de Oliveira puxamos a organização do Congresso Afro-Campineiro. Já me dedicava à luta contra o racismo.

**Acervo.** *Publicamente a percepção da sua atuação começa pelo Teatro Experimental do Negro (TEN). Como e por que ele se formou?*

**Abdias Nascimento.** Foi no Teatro Municipal de Lima, no Peru, que assisti a uma apresentação da peça *O imperador Jones*, do grande dramaturgo norte-americano Eugene O’Neill, em que Brutus Jones, o principal personagem, um negro, era representado por um ator branco argentino, Hugo d’Evieri, pintado de preto. Da minha indignação diante daquele espetáculo, que apenas refletia o procedimento “normal” no teatro ocidental – um proce-

dimento racista –, nasceu a vontade de criar um teatro negro. Depois, passei um ano em Buenos Aires, onde participei dos espetáculos abertos do *Teatro del Pueblo*. Era uma riqueza enorme, porque os espetáculos eram acompanhados de sessões onde se discutia a dramaturgia e as questões estéticas e políticas envolvidas nas apresentações. Foi uma grande escola para mim, uma verdadeira formação teatral. Já me sentia pronto para fundar o meu teatro negro.

Mas na minha volta ao Brasil eu fui preso. Havia sido condenado à revelia, quando estava fora do país, por causa daquele mesmo incidente de recusa à discriminação racial, e fui cumprir pena na Penitenciária do Carandiru. Lá criei minha primeira iniciativa teatral, o Teatro do Sentenciado, junto com outros presos e com o apoio e incentivo do então diretor da penitenciária, um médico e homem culto chamado Flamínio Fávero. Só quando saí da prisão pude, finalmente, levar à frente a minha intenção e criar o Teatro Experimental do Negro no Rio de Janeiro.

**Acervo.** *O que o TEN gerou? E como artisticamente o TEN se relacionou no meio cultural?*

**Abdias Nascimento.** O TEN formou o primeiro grupo de artistas, atrizes e atores negros, assim rompendo a barreira de cor no teatro brasileiro. Antes do TEN, os negros não pisavam no Teatro Municipal a não ser para fazer faxina! Além disso, o TEN incentivou a criação de uma literatura dramática que tratasse com os

temas e conflitos que surgem da experiência histórica e humana dos africanos e seus descendentes no Brasil. Nelson Rodrigues escreveu uma peça para nós, *Anjo negro*, e outros autores como Rosário Fusco e Lúcio Cardoso também. O TEN publicou uma antologia chamada *Dramas para negros e prólogo para brancos* (1961). Fundamentalmente, o TEN propunha-se a resgatar, no Brasil, os valores da cultura negro-africana, degradados e negados pela violência da cultura branco-europeia; propunha-se à valorização social do negro através da educação, da cultura e da arte.

Teríamos que agir urgentemente em duas frentes: promover, de um lado, a denúncia do racismo e uma ação de valorização da estética negra e, por outro lado, fazer com que o próprio negro tomasse consciência da situação social em que estava inserido. Foi nesse sentido que realizamos a Convenção Nacional do Negro, em 1945, cujo *Manifesto à nação brasileira* embasou a proposta de legislação antirracista e de políticas positivas apresentada à Assembleia Nacional Constituinte de 1946. O I Congresso do Negro Brasileiro, que o TEN realizou em 1950, foi outro marco dessa busca de conscientização e organização política por parte do TEN.

Quanto à afirmação artística do TEN no meio cultural, não há dúvida de sua seriedade e competência. Basta para constatar esse fato ler as crônicas e críticas da época a respeito de nosso trabalho. Havia um grande ceticismo em

A

torno da proposta, gerado pelo próprio preconceito, e muitas vezes a crítica se espantava com a qualidade artística de nossas produções. Reunimos várias resenhas e críticas no livro *Teatro Experimental do Negro: testemunhos* (1966), compondo um retrato da repercussão de nossos trabalhos no meio cultural da época. Alguns dos mais destacados artistas plásticos brasileiros colaboraram conosco como voluntários. Santa Rosa, Enrico Bianco e Anísio Medeiros criaram cenários para nossas peças, e muitos outros do projeto Museu de Arte Negra a partir de 1950.

**Acervo.** *A partir do trabalho do TEN qual foi sua atuação como liderança ativista?*

**Abdias Nascimento.** Minha atuação sempre teve uma dupla conotação, cultural e política (política no sentido mais amplo da palavra). Aliás, para mim essas esferas são dimensões da mesma iniciativa, que é a defesa e promoção dos direitos e da cultura da população de origem africana. Então meu trabalho como ativista se ligava ao cenário artístico e vice-versa; eram diferentes expressões da mesma coisa. No caso da política, no jornal *Quilombo* do TEN eu escrevia editoriais sobre a necessidade de o negro atuar na política como candidato e não mais apenas como cabo eleitoral dos outros. *Quilombo* abria suas páginas a todos os candidatos negros, de qualquer partido.

**Acervo.** *Mestre Abdias, neste percurso como o senhor se integrou à vida político-partidária? Qual foi o cenário po-*

C

*lítico no seu mandato como deputado federal? E depois como era o cenário quando foi senador?*

**Abdias Nascimento.** Nesse início, nas décadas de 1940, 1950 e 1960, minhas candidaturas foram sempre preteridas ou esvaziadas por alguma desculpa burocrática. Fui candidato a vereador, uma vez, com o lema “Não vote em branco, vote no negro Abdias”. Na histórica ocasião em que Leonel de Moura Brizola se elegeu deputado federal com um terço dos votos do estado da Guanabara, maior votação da história política do Brasil em 1962, eu me candidatei a deputado estadual e pela primeira vez me senti realmente identificado com a proposta de um partido político. O PTB de João Goulart e de Brizola tinha tudo a ver com minha orientação política, embora a questão racial ainda não ganhasse ressonância. Mais tarde, ainda no exílio, ao reorganizar o antigo PTB, a Carta de Lisboa afirmava o compromisso do partido “com a causa da população negra”. Isto foi resultado de nossas conversas com Brizola em Nova Iorque, em companhia do cientista político Clóvis Brigagão. No Brasil, já no período da anistia e da redemocratização, o PDT consolidaria esse compromisso como prioridade de seu programa político. Dentro do partido, os próprios negros organizaram a sua Secretaria do Movimento Negro, fato inédito na vida partidária brasileira. E o governador Brizola concretizou essa prioridade ao compreender e agir de acordo com a ne-

E

cessidade de incluir negros em seu secretariado de governo, bem como nas suas listas de candidatos a cargos eletivos. O PDT elegeu dois governadores negros, Alceu Collares (RS) e Albuíno Azeredo (ES), e deu posse aos primeiros secretários de estado negros, Carlos Magno de Nazareth Cerqueira, Carlos Alberto de Oliveira Caó e Edialda Salgado do Nascimento, no governo de Leonel Brizola no Rio de Janeiro (1983-1987).

Quando exerci o mandato de deputado federal (1983-1986), eu era o único negro assumido no Congresso e dedicava o mandato à defesa dos direitos humanos e civis da população negra. Ainda prevalecia, na esquerda daquela época, a ideia de que as questões sociais específicas, como a racial e a de gênero, eram inoportunas e politicamente equivocadas porque dividiriam e enfraqueceriam a luta do proletariado contra a exploração econômica e de classe. Deputados de esquerda e de direita me apartavam anunciando a ausência do “problema racial” no Brasil e às vezes até invocando, como prova disto, o carinho deles por suas amas de leite negras. Poucos se solidarizavam comigo.

Quando assumi o mandato de senador em 1991, essa situação havia mudado um pouco. Na Constituinte de 1988, havia três deputados negros comprometidos com a causa: Caó (PDT-RJ), Benedita da Silva (PT-RJ) e Paulo Paim (PT-RS). E em 1994 duas mulheres negras assumiram seus mandatos no Senado: Marina

Silva (PT-AC) e Benedita da Silva (PT-RJ). A questão racial ficou mais em evidência a partir de 1995, tricentenário da imortalidade de Zumbi dos Palmares, e no contexto da III Conferência Mundial Contra o Racismo (2001). A participação do Brasil nessa Conferência foi um marco importante, e desde então houve vários avanços. Hoje, existe a Frente Parlamentar pela Igualdade Racial, uma reunião de senadores e deputados dedicada à proposição de políticas públicas como o Estatuto da Igualdade Racial e a lei n. 10.639/2003.

Resumindo: quando cheguei à Câmara como deputado pelo PDT, não me deixavam falar, queriam cortar a minha palavra, achavam que eu falava inverdades absurdas. Depois de anos passados fazendo a minha pregação, juntavam-se outras vozes a minha e até recebia o aval dos senadores aos meus projetos de lei. A sociedade vem mudando, à medida que a gente bate, bate, bate na mesma tecla. É verdade que é assim aos pouquinhos, mas é um processo irreversível.

**Acervo.** *Durante o período do seu exílio, o senhor teve uma experiência e atuação internacional, com relações com o Movimento Pan-Africano. Como foi esta experiência? O que lhe trouxe de novo aquele momento? O que o senhor levou da vivência brasileira das lutas pelos direitos humanos e igualdade racial para estes interlocutores?*

**Abdias Nascimento.** Essa experiência internacional foi um desdobramento na-

tural de minha atuação e experiência aqui no Brasil. O grupo do TEN era talvez a única voz no Brasil a defender e divulgar a ideia da *negritude* de Aimé Césaire, Léopold Sédar Senghor e Leon Gontran Damas, uma linha de ação poética e política que lutava pela independência dos países africanos, contra o colonialismo e pelo respeito à cultura e à dignidade humana dos africanos e seus descendentes. Nos Estados Unidos, eu me identificava com a corrente de pensamento parecida a essa. Além dos que adotavam essa linha de ação, havia os negros de “linha correta” marxista, e havia os mais conservadores, liberais democratas. Eu tive boas relações com todas essas correntes, porque a luta pelos direitos da população negra nos unia, mas me identificava mais com o que na época se chamava nacionalismo negro e hoje se identifica como a linha do pensamento afrocentrado. No VI Congresso Pan-Africano, que se realizou em Dar-es-Salaam, em 1974, o conflito entre essa linha e a marxista-leninista se caracterizou de forma nítida. Intelectuais do Caribe, opositores aos governos locais (de direita e de esquerda), foram excluídos do encontro e prevaleceu a linha socialista que proclamava a ascendência da luta de classes sobre qualquer outra consideração. Esse cenário nós já havíamos vivido no Brasil, quando a esquerda “democrática” se recusava a reconhecer a legitimidade de nossas demandas. Hoje, com a evolução do movimento negro internacional na direção de uma ação e de um

pensamento independentes, é fácil constatar que a nossa posição prevaleceu e se desenvolveu ao longo do tempo.

**Acervo.** *Como foi sua descoberta pessoal como artista plástico?*

**Abdias Nascimento.** O I Congresso do Negro Brasileiro votou uma resolução sobre a necessidade de haver um museu de arte negra para estudar e mostrar a nítida, porém ocultada, ligação entre a arte negra e a arte moderna ocidental expressa na arte contemporânea no Brasil. O TEN assumiu o projeto e eu me tornei curador dessa coleção. Junto com Guerreiro Ramos, Ironides Rodrigues e outros do TEN realizamos um trabalho extenso com as artes plásticas, em que tiveram e ainda têm destaque o escultor José Heitor e o pintor Sebastião Januário. A coleção hoje se encontra sob a guarda do Ipeafro, Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros, que fundei ao voltar do exílio. O Ipeafro realizou uma mostra importante aqui no Arquivo Nacional, nos anos de 2004 e 2005.

Na época da inauguração da primeira exposição da coleção do projeto Museu de Arte Negra, que realizamos no Museu da Imagem e do Som em 1968, Efraim Tomás Bó, meu amigo e companheiro da Santa Hermandad Orquídea, me fez um desafio: “Abdias, você que tanto trabalha com as obras dos outros, por que não cria suas próprias pinturas?” A partir desse momento, comecei a desenvolver minha pintura. Mas ela realmente passou a ter vida própria na década de 1970, nos

Estados Unidos, onde fiz várias exposições em galerias, museus e universidades em diversas regiões do país.

**Acervo.** *E como foi fazendo a sua coleção de obras de arte? E do que se compõe o seu acervo?*

**Abdias Nascimento.** As obras chegavam, a maioria delas doadas por iniciativa dos próprios artistas, que conheciam o nosso trabalho e colaboravam. Temos telas de pintura em diversos tamanhos, obras em papel (desenhos e gravuras) e esculturas. São aproximadamente 450 obras de outros autores e 160 minhas. A coleção contém obras criadas por alguns dos mais importantes artistas contemporâneos no Brasil, entre eles Bess, Darel, Volpi, Lóio Pérsio, Ivan Serpa, Aldemir Martins, Ana Leticia, Nélson Nóbrega, Iberê Camargo, Manabu Mabe, Fayga Ostrower, para mencionar apenas alguns.

**Acervo.** *Estão fazendo vinte anos da libertação de Nelson Mandela. Como as lideranças políticas brasileiras se representaram nesta luta?*

**Abdias Nascimento.** A esquerda brasileira não se preocupava muito com essa questão. Em 1982, foi o Ipeafro que trouxe ao Brasil, pela primeira vez, uma representação do Congresso Nacional Africano da África do Sul. O Ipeafro realizou em 1984 um seminário internacional sobre a luta da Namíbia por sua independência, com a presença de um representante da SWAPO, também uma iniciativa inédita até então no Brasil. Na Câmara

dos Deputados, na qualidade de integrante da Comissão de Relações Exteriores, eu propus e vários deputados assinaram uma moção de rompimento das relações diplomáticas e econômicas com o regime do *Apartheid*. Em 1988, Benedita da Silva levou essa proposta à Constituinte. Mas a proposta não vingou.

**Acervo.** *Em 1991, o senhor ficou à frente da Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Negras (Sedepron). Já havia alguma secretaria com esta missão no Brasil, seja na esfera municipal ou estadual? Em que contexto político foi criada a secretaria? Como foi sua gestão?*

**Abdias Nascimento.** A criação da Sedepron foi um ato de coragem que demonstrou como o governador Leonel Brizola tinha uma compreensão da questão racial inédita entre os políticos de grande expressão nacional. Brizola criou o primeiro órgão de primeiro escalão com a missão de formular e executar políticas públicas de igualdade racial. Essa ideia era muito ousada na época, pois só existiam até aquele momento órgãos consultivos, conselhos e assessorias. Pouco depois da Sedepron, foi criada a Secretaria Municipal de Assuntos da População Negra de Belo Horizonte, cuja secretária foi a brava ativista Diva Moreira. A Sedepron realizou várias iniciativas, como o curso Sankofa de preparação de educadores e o I Fórum Estadual sobre o Ensino da História Africana na Escola Pública (1991), realizados em conjunto com o Ipeafro. A

Sedepron levou essas iniciativas a diversos municípios do interior do estado. Também idealizou o projeto Força Jovem de preparação de jovens para o mercado de trabalho e propôs a criação da Delegacia Especializada em Crimes de Racismo e Discriminação, primeira iniciativa dessa natureza no país. O governador Nilo Batista inaugurou a delegacia, localizada no coração do Centro do Rio de Janeiro, mas o governo posterior o desativou. A Sedepron tomou outras iniciativas, mas ela teve o mesmo destino que essa delegacia: ao tomar posse, o próximo governo extinguiu a Sedepron.

**Acervo.** *A lei n. 10.639, de 2003, que institui a obrigatoriedade do ensino da história africana e da cultura afro-brasileira nos currículos escolares, é uma grande conquista para o cidadão brasileiro na sua compreensão de nação, mas com sete anos de vigência vemos, na prática, lacunas na sua implementação. Qual o passo efetivo que o senhor pensa que se deve dar para a completa adoção desses conteúdos nos currículos disciplinares?*

**Abdias Nascimento.** Precisamos desvincular a imagem do afro-descendente da condição escrava. No Brasil, as palavras “escravo” e “negro” ainda são sinônimos, o que revela o quanto essa ligação penetra fundo na consciência coletiva nacional. Parece uma sugestão pequena, modesta, talvez ingênua, mas é o que me ocorre com mais urgência. E efetivamente é muito mais complexo do que pode parecer. Agora, para a completa

adoção desses conteúdos não há um só passo efetivo, depende de nossa ação em todos os campos, junto às escolas, aos educadores e às secretarias de educação municipais e estaduais, junto às universidades e faculdades de licenciatura e pedagogia, enfim... precisamos de uma ação ampla, intensa e a longo prazo.

**Acervo.** *Mestre Abdias, o Estatuto da Igualdade Racial foi aprovado em 2009 entre comemorações, críticas e reações. Qual o futuro que o senhor projeta para a igualdade racial no Brasil?*

**Abdias Nascimento.** Como vemos com a lei n. 10.639, de 2003, é mais difícil implantar e efetivar a execução da lei do que fazê-la tramitar e ser aprovada. O mesmo valerá para o Estatuto da Igualdade Racial. Mas com isso não quero dizer que não vale a pena tê-lo aprovado. Vale sim, como arma de luta na demanda por sua efetivação.

**Acervo.** *Dos seus 96 anos de idade, da sua trajetória, percepções e visão histórica qual é o possível destino para a maior nação afro-descendente, o Brasil?*

**Abdias Nascimento.** O negro neste país está acordado, alerta, e vai continuar sua luta sempre. Isto é um processo irreversível! Espero que o Brasil tenha a sensatez de ouvir-lhe os gritos em vez de se fazer de surdo. O negro no Brasil é maioria, e democraticamente no futuro deve assumir a direção do país! É só uma questão de tempo e de aprimoramento das instituições democráticas.